



**SOCIEDADE /** Com apenas 1% das pessoas com deficiência empregadas no mercado formal, PL pode prejudicar ainda mais esse grupo de trabalhadores. No Supremo, empresas querem acabar com a obrigatoriedade de contratar esses profissionais

# Os desafios da inclusão no mercado de trabalho

» TAINÁ ANDRADE

Joice Heliszewski, 43 anos, tem deficiência intelectual leve. Em razão da **Lei de Cotas (8.213/91)\*** e do seu desempenho como porta-voz dos direitos das pessoas com deficiência, ela está empregada. Há 15 anos, Joice atua como mensageira na *TV Cultura*. Dentre os mais de 11,9 milhões de desempregados no país — número da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) referente ao primeiro trimestre de 2022, há uma parcela específica, as pessoas com deficiência, que não estão sendo devidamente posicionadas no mercado de trabalho. Elas têm o direito garantido pela Lei de Cotas — 768 mil vagas são destinadas a esse público no país —, mas o que a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) mostrou é que apenas 1% desse público está ocupando os postos de trabalho.

Em 2019, o governo de Jair Bolsonaro (PL) enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei (6159/19) que altera as políticas de habilitação, reabilitação profissional e as medidas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Esse PL faz parte do programa Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, um pacote de medidas que o governo tentou implementar para reduzir o desemprego no país. A lei, porém, quer reformular a base de cálculo para a contratação de pessoas com deficiência.

O texto sugere duas formas para a inclusão desse perfil no mercado de trabalho: a contribuição para conta única da União, cujos recursos serão destinados a ações de habilitação e reabilitação, ou a associação entre diferentes empresas que, em conjunto, atendam à obrigação de contratação na forma da lei. Para pessoas com deficiência severa, a vaga contará

em dobro para as empresas.

A justificativa para as alterações, de acordo com o ministro da economia, Paulo Guedes, é de que não há, hoje, o preenchimento completo das vagas asseguradas por lei, e que apenas a metade delas está ocupada. “A definição de cotas de forma ampla alcançando igualmente todos os setores, todas as localidades e todas as ocupações representa uma obrigação que, em muitos casos, não pode ser cumprida”, declarou o ministro à época, na exposição de motivos do projeto.

Victor Martínez, supervisor do Serviço de Inclusão Profissional e Longevidade do Instituto do IJC, explica que essa ação é um retrocesso, pois deixa à mercê o cumprimento das contratações e não foca no que realmente deve ser mudado na governança ambiental, social e corporativa (ESG) das empresas.

**Lei de Cotas**  
Empresas a partir de 100 funcionários devem destinar de 2% a 5% de vagas a profissionais com deficiência

“Quando você muda essa base de cálculo, dando o poder para que alguns sindicatos ou outras esferas defina as contratações, de certa forma, são eles que definirão quem irá ser contabilizado ou não na cota, excluindo algumas funcionalidades. Hoje, no Brasil, por conta do número de contratações que está entre 450 a 500 mil pessoas, são preenchidas metade das vagas que deveriam ser ocupadas pela lei de cotas. Ou seja, nós temos, na verdade, 900 mil postos de trabalho a serem preenchidos por pessoas com deficiência e só conseguimos preencher metade. De fato, com a mudança, o número mínimo esperado e trazido pela lei de cotas será reduzido.”

Joice garantiu seu emprego com uma importante aliada, a Chaverim. O espaço, criado em 1995, para a promoção e socialização de pessoas com deficiência intelectual e psicossocial, desenvolve atividades e faz conexão com

Luis Nova/Esp.CB



**Para especialistas, qualidade do trabalho a ser preenchido também é esquecida pelos empregadores**

empresas para que seus membros ingressem no mercado de trabalho. Em 2007, depois da capacitação, ela foi chamada no processo seletivo realizado pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) para compor o quadro de funcionários da Tevé. Nas primeiras semanas, enfrentou dificuldades em decorar os setores da empresa, mas, com o desenrolar do trabalho, adaptou-se e desempenha o serviço diariamente.

“Chaverim me abriu muitas portas, me conectou com o primeiro emprego com registro. Faço correio, entrego as correspondências nos departamentos, por exemplo. Acho muito importante ter nosso dinheiro, independência e poder administrar as finanças sozinha. O que eu gostaria mesmo é que tivessem mais pessoas iguais a mim trabalhando”, diz.

**Melhores oportunidades**

Especialistas indicam que ainda existe uma alta preocupação

com a vaga de emprego, mas a qualidade do trabalho para pessoas com deficiência também é esquecida. Para o defensor público e especialista em inclusão, direitos humanos e economia sustentável, André Naves, o Congresso não deveria se preocupar em alterações na lei, mas na criação de políticas públicas para melhorar a empregabilidade. “Leis até existem, a lei de inclusão, por exemplo, é muito boa, mas além do papel nós precisamos de práticas inclusivas, da abertura de vagas que incluam realmente essas pessoas e busquem a capacitação e qualificação. Não que as aprisionem em empregos que são importantes, mas são de baixa qualidade. Precisamos de políticas públicas coordenadas, planejadas com empresas e sociedade civil que mirem o desenvolvimento dessas pessoas”, explicou.

Para Martínez, a situação vivenciada no mercado de trabalho é fruto da relação de

desconhecimento das empresas — e falta de iniciativa — em entender as pessoas com deficiência como força produtiva. “Elas podem ocupar vagas nas empresas que sejam operacionais, técnicas, mas também que necessitem de intelectualidade mais elevada. Basta que seja feito um processo onde sejam considerados os apoios que essas pessoas precisam para se desenvolver dentro dessas empresas”, pontuou.

A assistente social Ester Rosenberg Tarandach, atuante na causa há mais de 50 anos, idealizadora e presidente do conselho da Chaverim, explicou que o tema precisa ser tratado com mais sensibilidade. “Estamos vivendo um momento de transformação social e acho que a pandemia nos ensinou que podemos trabalhar de outras formas. É preciso sensibilizar o universo do trabalho para que se mude a postura das pessoas em ver a pessoa com deficiência nas suas potencialidades e singularidades.”

## STF julga brecha

No Supremo Tribunal Federal (STF) há uma movimentação de empresários que questionam a Lei de Cotas. Baseados na reforma trabalhista, sancionada em 2017, querem que o acordo entre patrões e funcionários prevaleça frente às leis que regulam o trabalho, com exceção dos direitos previstos na Constituição. As cotas não são direitos constitucionais, por isso a brecha.

Os empresários defendem a possibilidade de reduzir ou acabar com cotas para postos de trabalho de jovens aprendizes e pessoas com deficiência (PcD). O STF iria avaliar o processo em abril deste ano, mas adiou o julgamento para agosto.

Por outro lado, em nota enviada aos ministros, a Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Rede-In) lembra que, mesmo com avanços, as pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda enfrentam a exclusão, o que promove a vulnerabilidade. A entidade reúne 18 organizações da sociedade civil.

“Tal possibilidade, caso autorizada, acabaria por suprimir oportunidades de trabalho para um público que historicamente vem sofrendo sistemática exclusão laboral, razão pela qual ao longo de décadas vem pleiteando políticas afirmativas para a garantia desse direito fundamental”, diz um trecho. “As leis e decretos que estabelecem essas cotas não prevêm tais exceções, já que seu escopo é garantir não o número ideal, mas o mínimo de oportunidades em um cenário de indubitável discriminação”, continua.

Também foi destacada a constitucionalidade do ato, pois um artigo da Consolidação das Leis do Trabalho define “como ilícita a supressão ou redução, por meio de convenção coletiva ou acordos coletivos de trabalho, dos direitos para pessoas com deficiência”. (TA)

## QUESTÃO AGRÁRIA

# Bolsonaro promete verba ao Incra

O presidente Jair Bolsonaro disse, ontem, que vai falar com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para destinar recursos do Orçamento ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Na sexta-feira, a autarquia suspendeu todas as atividades que envolvam deslocamento para eventos por falta de verba. Com a decisão, estão canceladas, inclusive, as entregas de títulos de propriedade, que têm sido uma das principais bandeiras na campanha de Bolsonaro em relação ao agronegócio.

“Precisamos de mais recursos, porque custa dinheiro você mandar o pessoal para lá, trabalhar, emitir o respectivo título de propriedade. Isso não pode parar. Eu estou pronto para falar com o Paulo Guedes. Se não tiver recurso, corta de algum ministério”, disse Bolsonaro, após andar de moto e de lancha.

O presidente voltou a criticar o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e disse que não há mais invasões de propriedade no país. “Não é milagre, é trabalho. Primeiro, tiramos dinheiro de ONGs. Depois, nós passamos a dar dignidade para o assentado. O assentado era usado pelo PT para invadir fazendas”, afirmou Bolsonaro.

“Nós começamos a dar título para essa pessoa, de propriedade. Ele, de imediato, passa a ser um cidadão. O que ele produz lá dentro passa a ser dele, de seus filhos e de seus netos. E ele passa a ser gente de verdade e não de mentirinha, como era com o PT”, emendou.

Bolsonaro tem usado a titulação de terras como bandeira de campanha. Em exposição agropecuária na cidade de Maringá (PR), na quinta-feira, ele afirmou que “a grande obra do governo no campo é a titulação de terras”. E reforçou que a estratégia enfraquece o MST, uma das principais bases de apoio do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder nas pesquisas de intenção de voto na corrida eleitoral.

Ofício interno enviado aos superintendentes regionais do Incra ressalta que as atividades suspensas são feitas com recursos das emendas do orçamento secreto, que dependem de indicação do relator-geral da Lei Orçamentária Anual (LOA). “Já estamos no mês de maio de 2022, e até o momento este instituto não teve disponibilizados recursos para esse fim, pelo fato de que todo o orçamento finalístico do Incra se encontra indisponível, e não pode ser utilizado de forma

discricionária pela autarquia”, diz o documento, assinado pelo presidente do Incra, Geraldo José Filho.

Em nota, o Incra afirmou que a suspensão de atividades que envolvam deslocamento para eventos permite priorizar ações obrigatórias relacionadas a fiscalizações e supervisões. “Tão logo seja equacionada a disponibilidade orçamentária — assunto no qual o Incra tem recebido apoio do governo federal e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — será feita a reprogramação das atividades da Autarquia para a retomada de todas as atividades externas”, diz trecho.

**Precarização**

De acordo com dados da Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (Cnasi), o Incra já chegou a contar no passado com nove mil servidores na ativa, mas hoje tem cerca de três mil funcionários, dos quais aproximadamente mil devem se aposentar até o fim deste ano. “O órgão vive uma situação de precarização total”, advertiu reservadamente um integrante da Cnasi, entidade que representa 90% dos servidores do Incra.

## >> DEU NO

[www.correiobraziliense.com.br](http://www.correiobraziliense.com.br)

### RJ: militares da Marinha presos por assassinato

Quatro homens foram presos, entre eles dois sargentos e um cabo da Marinha, por envolvimento no assassinato do perito papiloscopista da Polícia Civil Renato Couto de Mendonça, no Rio de Janeiro. O crime teria ocorrido após uma desavença entre a vítima e o dono de um ferro-velho, localizado na Praça da Bandeira, na Zona Norte da cidade, na sexta-feira. As investigações apontam que Renato Couto de Mendonça foi sequestrado pelo filho do proprietário do ferro-velho ao lado de colegas, todos militares da Marinha. De acordo com a Polícia Civil, uma viatura da Marinha foi usada no crime. Segundo a principal linha de investigação, Renato foi morto e teve o corpo jogado no rio Jandu, no município de Japeri, na Baixada Fluminense.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



### País tem 46 mortes por covid em 24 horas

O Brasil registrou, ontem, 46 novas mortes por covid-19, elevando para 664.918 o total de vítimas da doença. Nas últimas 24 horas, foram notificados 6.296 casos do coronavírus. Com isso, o número de diagnósticos positivos agora é de 30.688.390. De acordo com os números do governo, 29.724.682 milhões de pessoas estão recuperadas do vírus. Até sábado, haviam sido aplicadas 428,5 milhões de doses de vacinas contra a covid-19, sendo 176,5 milhões com a primeira dose e 157,8 milhões com a segunda. A dose única foi aplicada em 4,8 milhões de pessoas. Outras 82,7 milhões já receberam o reforço.

### Sul: previsão de geada a partir de amanhã

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), há tendência de geada na Região Sul do país a partir de amanhã. Há, inclusive, previsão de geada forte em praticamente toda Santa Catarina, com exceção da região litorânea, no norte do Rio Grande do Sul e no centro do Paraná, estendendo-se até o sul, também com exceção do litoral. Existe ainda, de acordo com o Inmet, uma pequena possibilidade de ocorrência de neve nas serras gaúchas e catarinenses entre a noite de hoje e madrugada de amanhã.